

# O DESEMPENHO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA (2000-2010): NA PREDOMINÂNCIA DO REGIME DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA

*Bruno Giovani Chequin<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo propõe uma reflexão a respeito do crescimento robusto da produção setorial da agroindústria canavieira paulista, registrado na década de 2000, estabelecendo seu nexos com o regime de acumulação capitalista sob a hegemonia do sistema financeiro mundial. Nessa direção, busca-se uma abordagem sistêmica da expansão dessa agroindústria paulista, entre 2000 e 2010, como parte da lógica internacional de acumulação do capital e de uma consequente construção dos ambientes institucionais, tanto no cenário global quanto no doméstico, que oportunizou uma orquestração da política econômica interna voltada para o modelo primário exportador como via de inserção externa do país pautada pelo arbítrio das finanças.

**Palavras-chave:** agroindústria canavieira; sistema financeiro; hegemonia; ambiente institucional; primário exportador.

---

1 Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Econômica PPGHE/USP

## 1. Introdução

Este artigo propõe uma análise sobre a intensa expansão produtiva da agroindústria paulista, ocorrida entre 2000 e 2010, como parte integrante de um processo mais amplo voltado para atender os interesses da acumulação capitalista sob o domínio do sistema financeiro mundial. Para tanto recorre-se a uma perspectiva sistêmica para perceber os fenômenos econômicos locais a partir da sua interrelação com o sistema de acumulação globalizada.

Isso posto, na primeira parte deste texto utiliza-se obras de autores que interpretam a expansão financeira recente do sistema capitalista mundial como resultado de um percurso histórico. Nessa perspectiva, é valioso o conceito dos ciclos sistêmicos de acumulação elaborado por Giovanni Arrighi<sup>2</sup>. As contribuições de David Harvey<sup>3</sup> são oportunas no que tocam às origens do padrão atual de acumulação centrada na dominância financeira, assim como suas considerações a respeito da crise estrutural dos países capitalistas avançados, no início dos anos 1970, e da conseqüente escalada do pensamento neoliberal que direcionou a reestruturação do Estado e influenciou as ações para a flexibilização dos processos de produção, do trabalho e padrões de consumo. Os autores Gérard Duménil e Dominique Lévy<sup>4</sup> contextualizam o cenário político e econômico que favoreceu o afrouxamento das regras do mercado de câmbio e a liberdade de movimentação do capital, conferindo às finanças norte-americanas um papel hegemônico no sistema global. Já o entendimento de François Chesnais<sup>5</sup> complementa as considerações dos demais autores ao refletir sobre as mudanças estruturais ocorridas na economia de diversos países nas últimas décadas do século XX, que conferiram aos mercados e operadores financeiros uma posição preeminente no processo de acumulação.

Já na segunda parte desse trabalho, empenha-se em avaliar a performance da agroindústria canavieira de São Paulo como decorrência da estruturação da política econômica nacional pautada numa inclusão no comércio exterior, alinhada aos interesses imediatos dos países capitalistas avançados. Nessa direção, para pensar a política econômica brasileira orientada para impulsionar as exportações primárias, a partir de 2000, toma-se por referência os trabalhos de Guilherme Costa Delgado<sup>6</sup>. Sobre as condições que favoreceram

2 Giovanni Arrighi, *O Longo Século XX*, 1. ed. Rio de Janeiro, Contra Ponto Editora Ltda, 1996.

3 David Harvey, *Condição Pós-Moderna*, 13. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2004, p. 140 e p.152. Ver também: David Harvey, *Neoliberalismo: História e Implicações*, São Paulo, Edições Loyola, 2008, n.p.

4 Gérard Duménil e Dominique Lévy, *Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo*, em: François Chesnais et al (Orgs.), *Uma Nova Fase do Capitalismo?*, São Paulo, Xamã Editora, 2003, pp. 18-26.

5 François Chesnais, *A Nova Economia: Uma Conjuntura Própria à Potência Econômica Estadunidense*, em: François Chesnais et al (Orgs.), *Uma Nova Fase do Capitalismo?*, São Paulo, Xamã Editora, 2003, pp. 45.

6 Guilherme Costa Delgado, *Especialização primária como limite ao desenvolvimento*, em: *Desenvolvimento em Debate*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.p. 111-125, jan./abr. e mai./ago. 2010. Disponível em : <[http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/revista\\_dd\\_1.pdf](http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/revista_dd_1.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

aquecimento da demanda externa pelos produtos dessa agroindústria, são úteis as contribuições de Fábio Giambiagi<sup>7</sup> e de Laura Maria Regina Tetti<sup>8</sup>. Para dimensionar os resultados alcançados pelo setor agroindustrial canavieiro paulista, utiliza-se os dados estatísticos levantados pelo MAPA<sup>9</sup>.

Nas considerações finais, recorre-se aos estudos de pesquisadores como Fabio Teixeira Pitta<sup>10</sup> que analisa os mecanismos utilizados pelo regime de acumulação financeira para se beneficiar dessa expansão setorial. Paralelamente, José Giacomo Baccarin, José Jorge Gebara e Cíntia Oliva Factore<sup>11</sup> discutem a intensificação do processo de fusões e aquisições (F&A). Em complemento, Sebastião Neto Ribeiro Guedes e Lucas Eduardo Gianotti<sup>12</sup> registram o aumento crescente da presença do capital estrangeiro nesse setor, especialmente após a segunda metade da década de 2000. Diante dos temas tratados por esses autores, busca-se esboçar uma breve reflexão a respeito do desempenho alcançado pela agroindústria canavieira paulista, entre 2000 e 2010, levando em conta sua conexão com a estruturação política e econômica nacional, alicerçada na especialização primária e condicionada pela dinâmica sistêmica da acumulação capitalista concentrada na esfera financeira.

- 
- 7 Fábio Giambiagi. *Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2010)*, em: Fábio Giambiagi, Lavinia Barros de Castro e Jennifer Hermann (Orgs.), *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2011, pp. 225-227.
- 8 Laura Maria Regina Tetti, *Protocolo de Kyoto: Oportunidades para o Brasil com base em seu Setor Sucroalcooleiro - Um pouco da História da Questão "Mudanças Climáticas e Efeito Estufa"*, em: Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes e Pery Francisco Assis Shikida (Orgs.), *Agroindústria Canavieira no Brasil: Evolução, Desenvolvimento e Desafios*, São Paulo, Atlas, 2002, p. 199-212.
- 9 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA, em: Anuário Estatístico da Agroenergia 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/balanco-nacional-da-cana-de-acucar-e-agroenergia-2007>>. Acesso em: 10 mar. 2018. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA, Anuário Estatístico da Agroenergia 2014. Disponível: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/pasta-anuario-estatistico-da-agroenergia/anuario-estatistico-da-agroenergia-2014.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- 10 Fábio Teixeira Pitta, *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*, Tese Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 2016.
- 11 José Giacomo Baccarin, José Jorge Gebara e Cíntia Oliva Factore, *Concentração e Integração Vertical do Setor Sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil, entre 2000 e 2007*, em: *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 39, n. 3, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2009/tec2-0309.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- 12 Sebastião Neto Ribeiro Guedes e Lucas Eduardo Gianotti, *A presença recente e algumas consequências do investimento estrangeiro direto (IED) na agroindústria canavieira brasileira*, em: *Informações Econômicas*, São Paulo, v.39, n.5, mai. 2009, p.p. 51-61. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2009/tec5-0509.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

## 2. Dinâmicas do capitalismo e acumulação financeira

Com o propósito de examinar a dinâmica capitalista numa perspectiva histórica, é rico o esboço interpretativo de Giovanni Arrighi sobre os ciclos sistêmicos de acumulação<sup>13</sup>.

De modo sumário, a interpretação de ciclo sistêmico concebida por Arrighi compreende um recorte temporal de duração relativamente longa, constituído por arranjos político-econômicos específicos através de uma coordenação singular de interesses empresariais com uma orquestração governamental peculiar sob a liderança de um estado hegemônico<sup>14</sup>.

Cada ciclo econômico organiza-se, sistematicamente, em fases distintas e sucessivas podendo ser identificadas como: expansão material, expansão financeira, crise sinalizadora e crise terminal<sup>15</sup>. Entretanto, o ciclo que nasce suplanta o anterior tanto em escala como em alcance, em conformidade com a evolução engendrada na transição de um ciclo hegemônico para outro<sup>16</sup>.

Portanto, sob o ponto de vista arrighiano, é possível interpretar que o paradigma atual de acumulação concentrada na esfera financeira não é uma etapa ímpar do capitalis-

13 Giovanni Arrighi, *Op. cit.* O esquema teórico sobre os ciclos sistêmicos de acumulação encontra-se desenvolvido ao longo da obra de Arrighi, decomposto em unidades de análise e inspirado na concepção elaborada por Fernand Braudel sobre a duração completa do sistema capitalista mundial (longa duração) no qual as expansões financeiras são identificadas como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas. Embora Arrighi nomeie cada ciclo segundo determinados componentes do sistema mundial (Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos), tais ciclos são referidos ao sistema como um todo. Nas diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo mundial, o autor busca comparar as estruturas e processos desse sistema político-econômico. A abordagem voltada para os estratagemas e organização estatais e empresariais genoveses, holandeses, britânicos e estadunidense de forma sucessiva se deve ao fato da abordagem levar em consideração os agentes centrais de cada uma dessas fases.

14 Uma abordagem sobre hegemonia, capitalismo e territorialismo, além dos assuntos pertinentes às origens, estrutura e evolução do moderno sistema interestatal, ver Giovanni Arrighi, *Op. cit.*, pp. 27-75.

15 Giovanni Arrighi, *Op. cit.*, pp. 218-224. O autor explica através de um esquema cronológico a existência de um relativo padrão nas dinâmicas das fases dos diferentes ciclos sistêmicos de acumulação. Assim, a fase correspondente à expansão material da economia caracteriza-se pela escalada crescente de investimentos na produção de bens e na sua circulação, a etapa seguinte identifica-se pela revela-se pela acentuada concorrência entre os agentes empresariais, com uma notável intensificação das pressões competitivas associada à queda gradual das taxas de lucro. Prontamente, o terreno produtivo deixa de ser considerado o lócus de predileção da reprodução capitalista, gerando um excedente de capital-dinheiro e disponibilizando-o para a economia mundial. Como resultado, sobrevém uma vigorosa expansão financeira alimentada, impreterivelmente, por um ambiente de incertezas que oportuniza a manifestação de conflitos, tanto no âmbito interno quanto externo dos estados nacionais, motivando um aumento expressivo da demanda de recursos por parte dos governos para custear gastos militares. Progressivamente, os interesses econômicos da alta finança se sobrepõe aos do estado a ponto de efetivamente subjugar-lo. Com a escalada da atividade especulativa abre-se o caminho para a última fase que fatalmente promove a dissolução econômica e desmoronamento da ordenação política do estado hegemônico.

16 *Ibidem*, pp. 225-245. Sobre a dinâmica interna dos ciclos sistêmicos de acumulação, o autor esclarece que embora as diferentes fases (nova hegemonia, expansão material, pressão competitiva, expansão financeira, crise financeira, crise hegemônica, colapso hegemônico e nova hegemonia) se apresentam de maneira análoga em cada ciclo, de modo algum sucede a repetição do ocorrido em ciclos anteriores, no que se refere aos processos produtivos, atores envolvidos, conformação das instituições e intensidades das dinâmicas.

mo, ao contrário, é um aspecto recorrente que sinaliza a destruição do antigo regime de acumulação e a criação simultânea do novo.

O fato é que a vitalidade da expansão econômica iniciada no pós-guerra chegou em 1969-1973 com sinais evidentes de esgotamento<sup>17</sup>. A economia capitalista estava sendo inundada pelo excesso de fundos ao mesmo tempo que encolhia o interesse em investimentos voltados para áreas produtivas. Com os ganhos decrescentes, as corporações se viram obrigadas adotarem estratégias que acelerassem o tempo de giro do capital, assim os agentes empresariais buscaram intensificar os processos de inovações tecnológicas, assim como a realocação de plantas industriais para os locais com custos menores de mão-de-obra, e práticas de fusões e aquisições (F&A).

Frente ao ambiente de incertezas, a partir da primeira metade da década de 1970 entrou em curso uma reestruturação das esferas econômica, política e social, sustentada pela ascensão do pensamento neoliberal<sup>18</sup>, no sentido de validar o novo modelo de acumulação orientado para a flexibilização dos processos de produção, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Adicionalmente, as novas diretrizes impulsionaram a inovação comercial, tecnológica e organizacional, com a emergência da demanda por novos serviços financeiros, novos setores produtivos e novos mercados<sup>19</sup>.

A acumulação flexível pôs em marcha a completa reestruturação do sistema econômico mundial, ampliando e aprofundando o papel das altas finanças, como resultado, operou-se uma integração do capital industrial e mercantil às estruturas do setor financeiro a tal ponto de sobrepor os interesses desses últimos às atividades industriais e comerciais<sup>20</sup>.

Com efeito, o sistema de acumulação, sob o novo paradigma, promoveu de maneira espetacular a transferência de renda para os proprietários de títulos, num contexto de extraordinária valorização do mercado bursátil acompanhado pela eclosão da busca por rendimento e mais-valia financeira. Desse modo, a concentração da renda foi acentuada, recu-

17 David Harvey, *Condição Pós-Moderna*, 13. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2004, pp. 121-134. O autor discorre sobre os pilares que constituíram o sistema de acumulação capitalista assentado num modelo fordista de produção adotado pelas grandes corporações empresariais associado ao paradigma keynesiano assumido pelos estados nacionais. Assim, a prosperidade econômica alcançada pelos países capitalistas avançados entre 1945 e 1973, estava assentada num modelo de acumulação rígido alcunhado de fordista keynesiano, em referência à essência de práticas de controle do trabalho, tecnologias, padrão de consumo e composições de poder.

18 *Idem*, *Neoliberalismo: História e Implicações*, São Paulo, Edições Loyola, 2008, n.p., subitem do capítulo I: A ascensão da teoria neoliberal, o autor apresenta os fundamentos do pensamento neoliberal e sua ascensão, na década de 1970, associado à necessidade dos governos e agentes empresariais em lidar com a crise do sistema de acumulação capitalista e com as instabilidades políticas e sociais.

19 *Idem*, *Condição Pós-Moderna*, 13. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2004, pp.135-140. Os indícios do esvaziamento da eficácia do regime de acumulação assentado na rigidez do modelo fordista-keynesiano e as transformações na dinâmica do capitalismo mundial voltadas para um modelo de acumulação flexível.

20 *Ibidem*, pp. 152-154. Sobre a reconfiguração do sistema financeiro mundial como fator substancial para o êxito da acumulação flexível. Ver também pp. 154-162, para saber mais a respeito das origens e desdobramentos dos fenômenos que mudaram o equilíbrio de forças atuantes na acumulação capitalista internacional com a crescente predominância do capital financeiro a partir do início dos anos 1970.

perando para o capitalismo contemporâneo um apanágio observado em tempos pretéritos<sup>21</sup>.

Antes de encerrar essa seção é preciso explicitar que a primazia recente do campo financeiro globalizado tem como lugar de origem e base principal os países capitalistas avançados sob a liderança dos Estados Unidos. Ademais, através de uma orquestração de alcance global capitaneada pelos Estados Unidos, G7, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, a financeirização impõe aos governos e seus bancos centrais a implementação de reformas institucionais, além de uma ampla liberalização e desregulamentação da economia, envolvendo o investimento externo direto (IED) e o comércio internacional, o que torna a adesão dos países praticamente obrigatória na medida em que reduz a margem de escolhas das formas de inserção no jogo do mercado mundial<sup>22</sup>.

### **3. O cenário econômico e a agroindústria canavieira paulista (2000-2010)**

O tópico anterior discorreu sobre o percurso histórico recente que resultou na formação do ambiente político, econômico e institucional dos anos 2000, tanto na esfera externa quanto interna, na qual estava circunscrita à agroindústria canavieira paulista. Dito isso, cumpre esclarecer que o setor agroindustrial canavieiro nacional havia atravessado por um processo de desregulamentação governamental ao longo da década de 1990, culminando com a liberalização dos preços de seus principais produtos (cana, açúcar e álcool), desencadeando num importante movimento de reestruturação no interior dessa agroindústria<sup>23</sup>.

É preciso deixar claro que a desregulamentação setorial em questão se relaciona com a adesão do Estado brasileiro aos princípios do neoliberalismo, notadamente pela implementação de reformas tributárias, do controle rigoroso dos gastos públicos, afim de garantir um ambiente macroeconômico com estabilidade monetária (priorizando o combate da inflação), além de estabelecer regras jurídicas claras para que a atuação estatal se limitasse à atividade reguladora<sup>24</sup>.

Para compreender a composição da política econômica nacional dos anos 2000, é oportuno memorar que no final de 1998, conforme analisa Guilherme Delgado<sup>25</sup>, uma crise de liquidez internacional abalou a economia brasileira, deflagrando uma fuga de capitais que obrigou o governo a mudar o regime cambial vigente, alterando a direção da política

21 Gérard Duménil e Dominique Lévy, *Op. cit.*, pp. 23-25.

22 François Chesnais, *Op. cit.*, pp. 45-52.

23 Fernando dos Santos Macedo, *A reestruturação do Setor sucroenergético no Brasil uma análise do período entre 2005 e 2011*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, EESP/FGV, 2011, p.23.

24 José Giacomo Baccarin, *A Desregulamentação e o Desempenho do Complexo Sucroalcooleiro no Brasil*, Tese de Doutorado, São Carlos, UFSCAR, 2005, pp.146-147.

25 Guilherme Costa Delgado, *Op. cit.*, p.113.

de ajuste externo. Com a crise cambial de 1999, o déficit da Balança de Pagamentos se agravou, registrando acentuada perda de reservas em moeda estrangeira. Mediante essa situação era premente que o Brasil gerasse um saldo comercial positivo nas suas transações com o exterior, e a opção aparentemente mais fácil, naquele momento, seria buscar uma solução que decorresse do bom desempenho dos setores primários exportadores, como havia ocorrido anteriormente na crise da dívida de 1982. Para alcançar tal propósito, a política de comércio exterior, no 2º governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), passou a perseguir a obtenção de saldos positivos nas transações comerciais externas a todo custo, tendo como propósito imediato era cobrir o déficit da conta corrente.

Assim, o Brasil ingressou no século XXI tratando com prioridade as atividades relacionadas ao agronegócio dentro da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Para o autor, o termo agronegócio, no caso brasileiro, configura uma aliança entre o grande capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária, que opera num arranjo econômico de capital financeiro, almejando o lucro e a renda da terra, com o apoio do Estado<sup>26</sup>.

Embora a estratégia para fomentar o agronegócio teve início no 2º governo FHC, foi reforçada e aprofundada no 1º governo Lula<sup>27</sup>. Como resultado, as exportações brasileiras quadruplicaram seus valores num intervalo de dez anos. Desse modo, o valor médio anual das exportações de 50,0 bilhões de dólares no período 1995/99 cresceu para cerca de 200,0 bilhões no final da década de 2000, mas é paradigmático o fato de que o grande campeão desse avanço foi a categoria dos produtos básicos, que saltou de uma parcela de 25% da pauta de exportações para 45% em 2010.

Não se deve ignorar que a opção primário exportadora, como solução para a crise cambial de 1999, encontrou um quadro favorável com o aumento da receptividade do comércio mundial alavancado pelo crescimento da demanda chinesa e de outros países asiáticos, fazendo com que centenas de milhões de pessoas tivessem acesso ao mercado de consumo de massas que instaurava um horizonte promissor para muitos produtos brasileiros. Para se ter uma ideia, em 2010, a demanda chinesa sobre nossas exportações havia alcançado um percentual de 15%, enquanto nossas exportações para os Estados Unidos diminuíram para menos de 10% do total, um resultado que reflete as alterações sucedidas na geopolítica mundial<sup>28</sup>. Assim, na composição da pauta das exportações brasileiras durante a década de 2000, destacam-se os seguintes produtos: soja, milho, açúcar, álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que somados aos minérios apresentaram forte crescimento, dominando os itens de produtos exportados pelo país entre 2000 e 2010<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 114.

<sup>28</sup> Fábio Giambiagi. *Op. cit.*, pp. 225-227.

<sup>29</sup> Guilherme Costa Delgado, *Op. cit.*, p. 114.

Com relação aos bens produzidos, especificamente, pela agroindústria canavieira nacional, o cenário externo foi favorável ao estimular tanto a exportação do açúcar como do álcool.

A demanda externa por álcool combustível ganhou vigor a partir de 2000. Fábio Giambiagi descreve que:

No que se refere aos biocombustíveis, eles se tornaram muito relevantes no debate mundial na década de 2000, devido à combinação de três fenômenos. Um, o repique dos preços do petróleo na década, flertando frequentemente com o nível de US\$ 100, em claro contraste com os níveis baixos de preço que perduraram durante muitos anos, o que estimulou a procura de fontes alternativas. Dois, a crescente percepção de que o mundo padecia de um “risco ambiental” associado a uma civilização excessivamente poluente. E três, a preocupação, exacerbada após os atentados terroristas de 2001 nos EUA e a intervenção norte-americana na Guerra do Iraque, com o fato de que os grandes produtores de petróleo se encontravam em países vistos, sob a ótica das potências ocidentais, como problemáticos<sup>30</sup>.

Como resultado do aumento dos preços do petróleo somado a questões ambientais<sup>31</sup>, alguns países<sup>32</sup> adotaram como regra a adição do álcool à gasolina, o que acarretou um grande impulso às exportações brasileiras de álcool. Esse avanço, pode ser constatado pelo salto que ocorreu nas vendas externas do produto, quando se compara os resultados dos anos 2000 e 2007, observa-se que o primeiro período registrou um volume de 227,26 milhões de litros, enquanto o segundo, o volume alcançado foi bem superior, atingindo a cifra de 3.532,67 milhões de litros, um crescimento acentuado, da ordem de 1.454,46%<sup>33</sup>.

Em paralelo, testemunhou-se a evolução do mercado externo de açúcar que contou com o câmbio favorável às exportações brasileiras entre 2001 a 2004<sup>34</sup>. Já em 2006, os

30 Fábio Giambiagi. *Op. cit.*, p. 227.

31 Laura Maria Regina Tetti, *Op. cit.*, p. 199-212. Essa autora discorre sobre o Protocolo de Kyoto e a sua relação com o setor agroindustrial canavieiro nacional. Com o objetivo explícito de mitigar a emissão de gases responsáveis por causar o efeito estufa, foi aprovada no Japão em 1997 uma proposta concreta para o início do processo de estabilização das emissões de gases do efeito estufa.

32 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, *O Etanol como um Novo Combustível Universal: Análise Estatística e Projeção do Consumo Doméstico e Exportação do Etanol Brasileiro no Período 2006 a 2011*, Brasília, 2008, p. 25-31. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/arquivos-etanol-como-um-novo-combustivel-universal-conab/o-etanol-como-um-novo-combustivel-universal-conab.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018. Esse texto se refere aos países que introduziram o álcool combustível nas suas respectivas matrizes energéticas e as suas diferentes motivações (ambiental, econômica e estratégica).

33 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, *O Etanol como um Novo Combustível Universal: Análise Estatística e Projeção do Consumo Doméstico e Exportação do Etanol Brasileiro no Período 2006 a 2011*, Brasília, 2008, p.29. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/arquivos-etanol-como-um-novo-combustivel-universal-conab/o-etanol-como-um-novo-combustivel-universal-conab.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

34 José Giacomo Baccarin, José Jorge Gebara e Cíntia Oliva Factore, *Op. cit.*, p. 1.



preços internacionais do açúcar ultrapassaram os US\$300,00/t<sup>35</sup>. Nesse passo, o volume das exportações brasileiras de açúcar que já vinha num movimento crescente atingiu um número excepcional de 28 milhões de toneladas em 2010<sup>36</sup>.

Cumprir considerar que o aumento das nossas exportações de açúcar somado ao fomento da demanda alcooleira, exigiu do setor nacional uma resposta à altura que implicava necessariamente numa expansão considerável da sua capacidade produtiva.

**Tabela 1** - Quantidade de cana moída, produção de açúcar e álcool total (hidratado e anidro) no estado de São Paulo, no Centro-Sul e no Brasil (safra 2000/01 – 2010/11)

**Tabela 1:** Características gerais dos integrantes da primeira comitiva

| Safr                   | São Paulo    |                |                              | Centro-Sul   |                |                              | Brasil       |                |                              |
|------------------------|--------------|----------------|------------------------------|--------------|----------------|------------------------------|--------------|----------------|------------------------------|
|                        | Cana (mil t) | Açúcar (mil t) | Álcool (mil m <sup>3</sup> ) | Cana (mil t) | Açúcar (mil t) | Álcool (mil m <sup>3</sup> ) | Cana (mil t) | Açúcar (mil t) | Álcool (mil m <sup>3</sup> ) |
| 2000/01 <sup>(1)</sup> | 146.970      | 9.542          | 6.379                        | 205.203      | 12.466         | 8.990                        | 254.922      | 16.020         | 10.517                       |
| 2001/02 <sup>(1)</sup> | 176.012      | 12.145         | 7.078                        | 243.505      | 15.748         | 10.108                       | 292.329      | 18.994         | 11.468                       |
| 2002/03 <sup>(1)</sup> | 190.505      | 14.246         | 7.706                        | 265.878      | 18.592         | 11.014                       | 316.122      | 22.381         | 12.485                       |
| 2003/04 <sup>(1)</sup> | 206.514      | 15.215         | 8.751                        | 297.121      | 20.452         | 12.916                       | 357.111      | 24.944         | 14.640                       |
| 2004/05 <sup>(1)</sup> | 225.188      | 16.382         | 8.958                        | 324.054      | 22.096         | 13.382                       | 381.447      | 26.632         | 15.208                       |
| 2005/06 <sup>(1)</sup> | 241.223      | 17.189         | 10.002                       | 334.137      | 22.406         | 14.299                       | 382.482      | 26.214         | 15.808                       |
| 2006/07 <sup>(1)</sup> | 265.379      | 20.265         | 11.060                       | 373.913      | 26.543         | 16.161                       | 427.520      | 30.630         | 17.910                       |
| 2007/08 <sup>(2)</sup> | 297.136      | 19.429         | 13.351                       | 431.233      | 26.472         | 20.253                       | 495.843      | 31.298         | 22.446                       |
| 2008/09 <sup>(2)</sup> | 352.278      | 20.195         | 16.904                       | 508.639      | 27.207         | 25.270                       | 572.738      | 31.507         | 27.681                       |
| 2009/10 <sup>(2)</sup> | 362.645      | 20.815         | 14.919                       | 541.200      | 28.639         | 23.674                       | 601.431      | 32.950         | 25.679                       |
| 2010/11 <sup>(2)</sup> | 361.170      | 23.507         | 15.422                       | 560.484      | 33.564         | 25.569                       | 623.948      | 38.069         | 27.561                       |

35 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. *Anuário Estatístico da Agroenergia 2007*, p.60. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/balanco-nacional-da-cana-de-acucar-e-agroenergia-2007>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

36 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, macroeconômico, comércio exterior, séries históricas, exportações de açúcar, em: Ipeadata, Brasília. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Fonte: (1) Elaborado a partir de *Balanço Nacional da Cana de Açúcar e Agroenergia*, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)<sup>37</sup>. (2) Elaborado a partir do *Anuário Estatístico da Agroenergia*, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)<sup>38</sup>.

O fato é que o avanço da produção brasileira da cana de açúcar foi primordial para sustentar essa expansão. De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e compilados na Tabela 1, na safra 2010/11, o estado de São Paulo processou 145,7% de cana a mais do que em 2000/01, no mesmo período, a região Centro-Sul registrou um crescimento de 173,1%, enquanto o aumento da produção nacional foi da ordem de 144,8%. Os números indicam que a expansão foi maior na região Centro-Sul, não obstante o setor paulista processou 57,9% do total da cana esmagada na safra de 2010/11.

Não é de se admirar que esse gênero agrícola se destacou como o principal produto da agropecuária paulista. Assim, em 2010, a participação da cana no valor total da produção florestal e agropecuária do estado chegou a representar 43,6% desse total e no ano seguinte atingiu os 44,3%<sup>39</sup>.

Outro reflexo do avanço da produção canavieira em São Paulo, foi a evolução da área em hectares (ha) de cana colhida. Entre os anos 2000 e 2009, conforme o Ipea<sup>40</sup>, a área colhida com cana no estado saltou de 2,48 milhões de hectares para 4,78 milhões, um crescimento de 92,7% em nove anos. Com relação à participação de São Paulo na área nacional colhida com cana, verificou-se um ligeiro aumento, entre 2000 e 2009, passando de 51,7% para 55,4%, respectivamente.

No que tange ao volume da produção alcooleira nacional, entre as safras 2000/01 e 2010/11, registrou-se um crescimento da produção total de álcool (anidro e hidratado) em São Paulo, no Centro-Sul e no Brasil da ordem de 141,8%, 184,4% e 162,1%, respectivamente, conforme os valores apresentados na Tabela 1. Tais índices apontam que apesar do

37 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. *Anuário Estatístico da Agroenergia 2007*, pp.41-49. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/balanco-nacional-da-cana-de-acucar-e-agroenergia-2007>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

38 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. *Anuário Estatístico da Agroenergia 2014*, pp. 93-96. Disponível: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/pasta-anuario-estatistico-da-agroenergia/anuario-estatistico-da-agroenergia-2014.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

39 Alfredo Tsunechiro, Paulo José Coelho, Denise Viani Caser, Carlos Roberto Ferreira Bueno, Eder Pinatti, Eduardo Pires Castanho Filho e Danton Leonel de Camargo Bini, *Valor da Produção Agropecuária e Florestal do Estado de São Paulo em 2011*, em: *Análises e Indicadores do Agronegócio*, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 5, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-18-2012.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

40 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, regional, temas, agropecuária, área colhida cana de açúcar (ha), em: Ipeadata, Brasília. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

aumento registrado no estado de São Paulo ter sido o menor, a participação paulista produziu cerca de 56,0% do álcool nacional em 2010/11.

Em relação à produção de açúcar, os números arrolados na Tabela 1, entre as safras 2000/01 e 2010/11, indicam um crescimento de 146,4% no estado de São Paulo, enquanto no Centro-Sul esse aumento foi maior (169,2%), já o percentual de elevação da produção nacional foi o menor e girou em torno de 137,6%. Contudo, na última safra do período (2010/11), a produção paulista de açúcar liderou o ranque nacional respondendo por 61,7% da produção brasileira.

Se por um lado, o desempenho dessa agroindústria em São Paulo, acima demonstrado, encontra explicação no fato de que esse estado agregava as condições necessárias para cumprir com êxito a expansão da sua capacidade produtiva, fundamentalmente pelo avanço da produção canavieira em novas regiões<sup>41</sup>. Por outro, essa expansão se concretizou na medida em que os grupos empresariais do setor associados a um concerto governamental, foram capazes reorientar as suas estratégias em consonância com os interesses vigentes do regime de acumulação mundial, cujos mecanismos serão relacionados de forma sintética no próximo tópico.

#### **4. Considerações Finais**

A partir das perspectivas teóricas expressas acima, é plausível deduzir que a acentuada expansão produtiva da agroindústria canavieira paulista, entre 2000 e 2010, se enquadra no rearranjo ocorrido na agricultura capitalista engendrado pela remodelação da política econômica brasileira. Esse fenômeno ocorreu para gerar saldos positivos nas trocas comerciais com o exterior e estava vinculado às estruturas mercantis do início do sec. XXI, circunscritas na lógica da “financeirização” da economia globalizada.

Nesse passo, pode-se vislumbrar que as ações estratégicas das empresas do setor su-  
croenergético se estruturaram condicionadas pelas políticas econômicas promovidas pelo governo nacional, sob a égide da acumulação financeira globalizada. Dentre as ações mais

41 Mário Pires de Almeida Olivette, Eduardo Pires Castanho Filho, Raquel Castellucci Caruso Sachs, Katia Nachiluk, Renata Martins, Felipe Pires de Camargo, José Alberto Ângelo e Luiz Henrique Domicildes Câmara Leal Oliveira, *Evolução e Prospecção da Agricultura Paulista: Liberação da Área de Pastagem para o Cultivo da Cana de Açúcar, Eucalipto, Seringueira e Reflexos na Pecuária, 1996-2030*, em: *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 41, n. 3, pp.47-50, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2011/tec4-0311.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018. Para os autores, São Paulo reúne as condições ambientais e climáticas favoráveis ao cultivo da cana e ao grau de concentração de sacarose; outro fator que contribui é a dinâmica organizacional e tecnológica que envolve a produção agrícola e industrial do estado. Nesse contexto, não surpreende que 92% das novas áreas de produção e das novas usinas estão sendo instaladas no estado de São Paulo e em regiões dos estados vizinhos como Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, além de Goiás. Em 2000 a área plantada nas regiões tradicionais (Piracicaba, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Limeira, Jaú, Catanduva e Araraquara) era equivalente a cerca de 48% do total plantado em todo o estado, em 2009 esse percentual caiu para 32%. A dinâmica de expansão das lavouras paulistas de cana-de-açúcar encontra espaço fundamentalmente na região oeste do estado.

relevantes, destaca-se a expressiva captação de recursos pelos grupos empresariais do setor, provenientes das abundantes linhas de créditos governamentais ofertadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em paralelo, testemunhou-se a abertura de capitais de algumas empresas dessa agroindústria através do lançamento público de ações na Bolsa de Valores<sup>42</sup>, verificou-se também uma intensificação dos processos de fusões e aquisições (F&A)<sup>43</sup>, além de um crescente aumento da presença do capital estrangeiro no setor<sup>44</sup>.

Notadamente, os recursos provenientes do BNDES ocuparam um papel central na expansão recente do setor. Para se ter uma ideia, nos oito anos do governo Lula, a soma do valor desembolsado pelo banco aos usineiros alcançou um total de R\$ 28,2 bilhões. Apenas em 2010, foram R\$ 7,4 bilhões, um valor superior ao que foi destinado para a indústria do papel, celulose e extrativista juntas<sup>45</sup>.

Quando se considera a participação do estado de São Paulo no volume de desembolsos distribuídos pelo BNDES, é significativo o fato de que, entre 2001 e 2008, o estado recebeu isoladamente 65,7% do total, sendo que os 34,3% restantes foram distribuídos para as demais unidades federativas, com destaque para os seguintes estados: Goiás (10,5%), Paraná (7,9%), Minas Gerais (7,2%) e Mato Grosso do Sul (4,8%)<sup>46</sup>.

Além dos recursos obtidos junto ao BNDES, alguns grupos buscaram expandir-se por meio do mercado de capitais em bolsas de valores, abrindo espaço para a participação de instituições e investidores financeiros (fundos de investimentos, fundos de pensão, sociedades de seguros etc.) na composição acionária. Tal fato é relevante pois interfere na condução das decisões e estratégias das companhias, privilegiando os interesses financeiros através de medidas que valorizem os ativos da companhia no mercado acionário<sup>47</sup>.

No que tange à incidência de fusões e aquisições (F&A), entre 2000 e 2007, ocorreu um total de 80 F&A (média anual de 10) no setor sucroenergético do Centro-Sul como um todo, enquanto que entre os anos 1996 e 1999 registrou-se apenas 7 F&A (média anual

42 Fábio Teixeira Pitta, *Op. cit.*, p. 122.

43 José Giacomo Baccarin, José Jorge Gebara e Cíntia Oliva Factore, *Op. cit.*, p. 7. Ver também: Fernando dos Santos Macêdo, *Op. cit.*, p. 60.

44 Sebastião Neto Ribeiro Guedes e Lucas Eduardo Gianotti, *Op. cit.*, p.p. 56-59. Ver também: Reportagem, *Estrangeiros são a nova geração de usineiros*, em: O Globo, economia, Ribeirão Preto, 30 abr. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>>. Acesso em 14 mai. 2019.

45 Reportagem de Venceslau Borlina Filho, em: Revista IHU on-line, 26 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40982na-era-lula-usineiros-receberam-mais-de-r-28-bi-do-bndes>>. Acesso em: 13 mai 2019.

46 Ana Claudia Giannini Borges e Vera Mariza Henriques de Miranda Costa, *Distribuição dos desembolsos do BNDES no setor sucroenergético no Brasil*, em: Estudos Geográficos, Revista Eletrônica, Rio Claro, v.9, n.2, jul-dez 2011, p. 83. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/issue/view/906>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

47 Henrique Faria Santos, *Oligopolização e financeirização do setor sucroenergético brasileiro no século XXI*, em: Revista de Geografia, Recife, v. 35, nº 2, 2018, p. 125. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

abaixo de 2). Com a expansão produtiva setorial e a intensificação das F&A verificaram-se mudanças significativas na conformação dos grupos empresariais<sup>48</sup>.

A fusão da Cosan com a petrolífera anglo-holandesa, Shell, que formou a empresa Raízen S/A em 2008, é paradigmática para representar o processo de concentração de capitais no setor. Vale destacar que um dos principais objetivos deste tipo de associação visava ampliar o acesso de novos capitais a crédito<sup>49</sup>.

Paralelamente, os capitais estrangeiros afluíram para o setor atraídos pelas possibilidades de ganhos com a perspectiva promissora do aumento da demanda alcooleira em diversos países. É ilustrativo que, entre 1999 e 2007, registrou-se uma média anual de U\$899 milhões referente à entrada direta de capital estrangeiro no setor nacional. Chama a atenção que do total dessa cifra o setor sucroenergético paulista foi o que recebeu o maior volume de investimentos. A presença de investimento estrangeiro direto (IED) na agroindústria canavieira do país contribuiu de forma decisiva para o movimento de internacionalização do setor e para a desnacionalização dos seus ativos patrimoniais, inclusive a terra<sup>50</sup>.

A manifestação da crise financeira de 2008 resultou num marco divisor para o processo de expansão da agroindústria canavieira nacional. Cumpre reportar que nos anos anteriores à 2008, uma boa parcela das usinas obtinha ganhos com a tomada de empréstimos em dólar no exterior a juros mais vantajosos que os nacionais. Enquanto o dólar permaneceu desvalorizado em relação ao real, os empresários do setor lucravam com a mera especulação de derivativos cambiais<sup>51</sup>. A abrupta valorização do dólar em 2008 pegou de surpresa as empresas que especulavam com derivativos. Essas passaram a enfrentar sérios prejuízos financeiros<sup>52</sup>.

Não é por acaso que o investimento estrangeiro no setor se intensificou posteriormente a crise mundial de 2008. Segundo a reportagem do jornal O Globo<sup>53</sup>, os estrangeiros foram atraídos a investir no setor pela oportunidade em adquirir empresas que passavam por dificuldades financeiras. Somente nos quatro anos anteriores a 2013, 42 usinas de açúcar e álcool tiveram que fechar suas portas, sendo que muitas foram adquiridas pelo capital vindo do exterior.

48 José Giacomo Baccarin, José Jorge Gebara e Cíntia Oliva Factore, *Op. cit.*, p. 7.

49 Fábio Teixeira Pitta, Carlos Vinicius Xavier, Cristiano Navarro e Maria Luisa Mendonça, *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil*, em: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, 2014, p. 11. Disponível em: <<https://www.social.org.br/index.php/pub/revistas-portugues/172-empresas-transnacionais-e-producao-de-agrocombustiveis-no-brasil.html>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

50 Sebastião Neto Ribeiro Guedes e Lucas Eduardo Gianotti, *Op. cit.*, p.p. 56-59.

51 Maria Luisa Mendonça, Fábio T. Pitta e Carlos Vinicius Xavier, *A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*, em: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, 2012, p.4. Disponível em: <<https://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

52 Fábio Teixeira Pitta, Carlos Vinicius Xavier, Cristiano Navarro e Maria Luisa Mendonça, *Op. cit.*, p. 14.

53 Reportagem, *Estrangeiros são a nova geração de usineiros*, em: O Globo, economia, Ribeirão Preto, 30 abr. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>>. Acesso em 14 mai. 2019.

Nessa mesma reportagem é relatado que em 2012 as companhias estrangeiras foram responsáveis por 33% da produção brasileira de açúcar e etanol. No ano de 2010, essa participação girou em torno de 12%. E quando o processo de internacionalização começava a se solidificar, em 2006, os estrangeiros responderam por apenas 3% da produção nacional.

Ademais, é expressivo que quase 60% das principais operações de F&A, entre 2008 a 2011, ocorreram com a participação de grupos internacionais de diversas origens (europeia, estadunidense, chinesa e indiana)<sup>54</sup>.

Cabe ainda qualificar que a forma pela qual se processou o aumento do capital estrangeiro na agroindústria canavieira nacional foi delineado pela aliança entre setores tradicionais do agronegócio com empresas petroleiras, automotivas, de biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento. Assim, tais empresas se associaram à oligarquia agrária, que por sua vez se beneficiou da expansão do capital no campo e do abandono de um projeto de reforma agrária<sup>55</sup>.

Para finalizar, mediante as informações apresentadas nas linhas acima, uma leitura possível é que a adesão do Estado brasileiro à lógica neoliberal na esteira da acumulação flexível com predominância financeira, promoveu a inserção do país numa nova diretriz da divisão internacional do trabalho, notadamente a partir de 2000. Assim, por meio da instrumentalização de organismos governamentais no âmbito nacional, algumas atividades dos setores primários exportadores foram beneficiadas na medida em que correspondiam às demandas do comércio internacional globalizado. Portanto é dentro desse quadro que a agroindústria canavieira paulista, no período tratado nesse texto, foi capaz de realizar um avanço pujante da produção de cana, açúcar e álcool, mantendo a expressiva concentração produtiva desse setor nacional no estado de São Paulo.

---

54 Fernando dos Santos Macêdo, *A reestruturação do Setor sucroenergético no Brasil uma análise do período entre 2005 e 2011*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, EESP/FGV, 2011, p. 60.

55 Fábio Teixeira Pitta, Carlos Vinicius Xavier, Cristiano Navarro e Maria Luisa Mendonça, *Op. cit.*, p. 12.